

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 19

FRANA ELIZABETH

Capítulo 1 – Sistema Tributário Nacional, 25

1. Sistema tributário nacional	26
1.1. Características. Rigidez. Inflexibilidade. Histórico	26
1.2. Princípios relativos ao subsistema constitucional tributário	30
2. Doutrina de leitura obrigatória	48

FRANA ELIZABETH

Capítulo 2 – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, 49

1. Limitações constitucionais ao poder de tributar	50
1.1. Competência tributária e capacidade tributária ativa	50
1.2. Não incidência, imunidades, isenções e alíquota zero	53
1.3. Outras hipóteses de imunidade	60
2. Doutrina de leitura obrigatória	65

PEDRO MENEZES TRINDADE BARRÊTTO

Capítulo 3 – Limitações Constitucionais. Poder de Tributar, 67

1. Limitações Constitucionais. Poder de Tributar	68
1.1. Princípio da Legalidade. Conceito e Noções Gerais. Histórico. Direito Comparado. Aspecto Formal e Ideológico	68
1.2. O Direito Comparado. O Princípio da Legalidade em outros Ordenamentos e nas Constituições de outros Países	72
1.3. O Princípio da Legalidade nas Constituições Brasileiras Anteriores	75
1.4. O Princípio da Legalidade na Constituição de 1988	82
1.5. Diferença entre o Aspecto Ideológico e o Aspecto Formal da Legalidade. O Alcance do Aspecto Formal	85
1.6. Da Reserva de Lei Complementar para Criar Tributos	87

1.7. Das Exceções à Legalidade. Situações em que por Simples Decreto Executivo pode se Alterar a Alíquota de um Tributo	93
1.8. Legalidade e Simples Atualização Monetária	95
1.9. Legalidade e Base de Cálculo do Tributo	98
1.10. Legalidade e Modificação do Prazo para Recolhimento do Tributo	99
1.11. A Reserva de Lei no CTN. Estrita Legalidade. Reserva de Lei Complementar na Constituição	103
1.12. Legalidade e o Princípio da Tipicidade Tributária	109
2. Princípio da Anterioridade. Conceito e Natureza Jurídica: a Segurança Jurídica. Valor Essencial: a Não Surpresa	113
2.1. O Porquê de o Prazo Impeditivo de Eficácia ser de “Exercício Financeiro Seguinte” e de “90 dias”. A EC 42/03. Fundamentação Jurídica	117
2.2. Histórico da Anterioridade. Surgimento e Previsão nas Constituições Anteriores. Direito Comparado. Anterioridade e Anulidade	122
2.3. Das Exceções à Anterioridade Tributária. Antes da EC/42 que Criou a Noventena e Depois da EC/42. Uma Síntese da Atual Situação de Todos os Tributos em Face da Anterioridade Tributária	126
2.4. Imposto de Renda. Conflito Intertemporal. Anterioridade, Irretroatividade e Ultratividade. A Posição do STF. A Súmula 584. A Tese de Luciano Amaro	131
2.5. A Anterioridade e a Norma mais Favorável ao Contribuinte	138
3. Princípio da Irretroatividade	141
3.1. Noções Gerais. Matriz Constitucional. O art. 5º, XXXVI e o ART. 150, III, ‘a’ da CR/88. Valor Essencial da Irretroatividade. A Segurança Jurídica	141
3.2. Exceções à Irretroatividade. Interação entre a Constituição e o CTN	143
4. Doutrina de Leitura Obrigatória	147

PEDRO MENEZES TRINDADE BARRÊTTO

Capítulo 4 – Princípios Constitucionais da Justiça da Tributação, 149

1. Princípio da Igualdade ou Isonomia. Justiça da Tributação	150
--	-----

2. Princípio da Capacidade Contributiva. Suas duas Faces:	
a) Critério para se alcançar a isonomia. Personalização. Progressividade, Proporcionalidade e Seletividade; b) Parâmetro para a Carga Tributária: Não Confisco, Dignidade da Pessoa Humana, Mínimo Vital. Justiça da Tributação	151
2.1. Critério para se Chegar à Igualdade. Capacidade Contributiva Decorrente da Capacidade Econômica. Personalização da Tributação	151
2.2. Progressividade e Proporcionalidade	153
2.3. Seletividade em Razão da Essencialidade	156
2.4. Capacidade Contributiva como Parâmetro Limitador da Carga Tributária. Não Confisco. Dignidade da Pessoa Humana e Mínimo Vital	157
2.5. Não Confisco. Análise dos Tributos Isoladamente ou da Carga Tributária de Forma Coletiva? Posição do STF	159
3. Doutrina de leitura obrigatória	161

PEDRO MENEZES TRINDADE BARRÊTTO

Capítulo 5 – Princípios Constitucionais Tributários da Liberdade Jurídica, 163

1. Princípios Constitucionais Tributários da Liberdade Jurídica	164
1.1. Liberdade de tráfego	164
1.2. Vedação de diferenças tributárias em razão de procedência ou destino	167
1.3. Transparência	173
2. Imunidades Específicas das Alíneas b, c e d do artigo 150, VI	180
3. Doutrina de leitura obrigatória	185

PEDRO MENEZES TRINDADE BARRÊTTO

Capítulo 6 – Outros Princípios Constitucionais Tributários, 187

1. Outros Princípios Constitucionais Tributários	188
1.1. Princípio da autonomia institucional dos entes federativos: imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, a)	188
1.2. Vedação de isenções heterônomas	190

2. Princípio técnico da não-cumulatividade (técnica do valor agregado)	193
3. Outros princípios constitucionais aplicáveis à matéria tributária (decorrentes de direitos fundamentais, hermenêuticos, da Administração Pública e processuais, como princípio da razoabilidade, princípio da proporcionalidade, princípio da solidariedade, princípio da moralidade, princípio do devido processo legal)	199
4. Doutrina de leitura obrigatória	209

ALCEU MAURICIO JUNIOR

Capítulo 7 – Fontes do Direito Tributário, 211

1. As fontes do Direito. Noções Gerais	212
1.1. Conceito de fontes de Direito	212
1.2. Fontes materiais e fontes formais	212
1.3. Fontes principais e fontes acessórias	213
1.4. Fontes diretas e indiretas	213
1.5. As fontes do Direito Tributário	213
1.6. O papel da jurisprudência no sistema das fontes de direito	214
2. A Constituição Federal	216
2.1. A posição da Constituição Federal no sistema das fontes do Direito	216
2.2. As funções da Constituição Federal no sistema das fontes do Direito	217
3. As emendas à Constituição.	218
4. Leis Complementares em matéria tributária	219
4.1. Natureza e hierarquia da Lei complementar	219
4.2. Funções da Lei Complementar em matéria tributária	223
4.2.1. Conflitos de competência entre os entes federados	223
4.2.2. Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar	223
4.2.3. Normas gerais em matéria tributária	224
4.2.4. Definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte	228
4.2.5. Outras funções da lei complementar tributária	229
5. Leis ordinárias e atos com força de lei	230
5.1. Leis ordinárias	230

5.2. Leis delegadas	231
5.3. Medidas Provisórias	231
5.3.1. Instituição de tributos através de medidas provisórias	231
5.3.2. O controle da relevância e da urgência das medidas provisórias	232
5.3.3. A reedição de medidas provisórias	233
5.3.4. Medidas provisórias e anterioridade tributária	234
5.4. Os Tratados Internacionais	234
5.4.1. A função dos Tratados Internacionais	234
5.4.2. Tratados internacionais e legislação interna	234
5.4.3. Tratados internacionais e isenção de impostos estaduais e municipais	235
5.5. Resoluções e decretos legislativos	236
5.6. Convênios com força de lei	237
6. Os Decretos	237
7. As Normas Complementares	239
8. Doutrina de leitura obrigatória	240

HELENO TAVEIRA TÔRRES

Capítulo 8 – Vigência e Aplicação das Normas Tributárias, 241

1. Vigência da legislação tributária. Conceito	242
1.1. Vigência da legislação tributária no CTN	243
1.2. Princípios afins (anterioridade, anualidade) no Direito Tributário e Financeiro	244
1.3. Estrutura do ordenamento positivo vigente. CRFB/88. CTN. Legislação extravagante	247
1.4. Vigência das normas complementares.	247
2. Aplicação da legislação tributária	248
3. Doutrina de leitura obrigatória	249

HELENO TAVEIRA TÔRRES

Capítulo 9 – Interpretação e Integração das Normas Tributárias, 251

1. Interpretação no Direito. Conceito	252
1.1. A interpretação e seus métodos	253
1.2. Hermenêutica do Direito Tributário	255

1.3. Normas sobre interpretação no CTN e a crítica da doutrina. Interpretação econômica	260
2. Integração da legislação tributária.	265
2.1. Analogia e equidade. A correção do direito tributário. Lacunas jurídicas. Normas sobre a integração no CTN e a crítica da doutrina	265
2.2. Interpretação das normas de direito tributário em face de conceitos, institutos e formas de outros ramos do direito, em especial do direito privado	274
2.3. Relações entre direito tributário e direito privado – os arts. 109 e 110, do CTN	277
2.4. Resultados da interpretação do Direito Tributário – interpretação especificadora, restritiva e extensiva (art. 111 e 122, do CTN)	280
3. Doutrina de leitura obrigatória	285

RICARDO LOBO TORRES

Capítulo 10 – Obrigação Tributária, 287

1. Conceito de obrigação tributária	288
2. Relação jurídica tributária	288
3. Modalidades	290
3.1. Obrigação principal	290
3.2. Obrigação acessória	291
4. Conversão da obrigação acessória em principal	292
5. Questões controvertidas	292
5.1. O conceito de tributo abrange a penalidade pecuniária?	292
5.2. Há diferença entre obrigação e crédito?	293
6. Doutrina de leitura obrigatória	293

MAURÍCIO ANDREIUOLO RODRIGUES

Capítulo 11 – Fato Gerador da Obrigação Tributária, 295

1. Dinâmica da Tributação. Visão Geral	296
2. Conceito de Fato Gerador da Obrigação Tributária	297
2.1. Aspectos do Fato Gerador Integral (Material, Pessoal, Espacial, Temporal e Quantitativo)	298

a) Elemento Objetivo Material	298
b) Elemento Pessoal	299
c) Elemento Espacial	300
d) Elemento Temporal	301
e) Elemento Quantitativo	302
3. Princípio da Estrita Legalidade ou da Tipicidade Tributária	305
4. Terminologia	306
5. Quando se Considera Ocorrido o Fato Gerador	308
6. Classificação do Fato Gerador	309
a) Fato Gerador da Obrigação Principal x Fato Gerador da Obrigação Acessória	309
b) Fato Gerador Simples x Fato Gerador Complexo	310
c) Fato Gerador Instantâneo x Fato Gerador Periódico x Fato Gerador Continuado	310
d) Fato Gerador Condicional x Fato Gerador Incondicional	313
e) Fato Gerador Genérico x Fato Gerador Específico	315
f) Fato Gerador Formal x Fato Gerador Causal	315
g) Fato Gerador Típico x Fato Gerador Complementar	315
h) Fato Gerador Baseado em Atos Válidos x Fato Gerador Baseado em Atos Inválidos	316
i) Fato Gerador Baseado em Ato Lícito x Fato Gerador Baseado em Ato Ilícito	317
7. Interpretação do Fato Gerador. Teorias. Interpretação Econômica	318
8. Doutrina de Leitura Obrigatória	319

**ELOÁ ALVES FERREIRA DE MATTOS &
FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**

Capítulo 12 – Os Sujeitos da Obrigação Tributária, 321

1. Introdução	322
2. Sujeito Ativo	322
3. Sujeito Passivo	326
3.1. O contribuinte e o responsável	326
3.2. Convenções Particulares	329
3.3. Solidariedade Tributária	330
3.4. Capacidade Passiva Tributária	332
3.5. Domicílio Tributário	334

3.6. A Responsabilidade Tributária	335
3.6.1. Responsabilidade por Transferência e por Substituição	338
3.6.1.1. Responsabilidade por Substituição	339
3.6.1.2. A Responsabilidade por Transferência	351
3.7. A Responsabilidade por infrações	367
3.7.1. Responsabilidade objetiva	367
3.7.2. Responsabilidade subjetiva do agente	368
3.7.3. Denúncia Espontânea	369
4. Doutrina de Leitura Obrigatória	376

PETRÚCIO MALAFAIA VICENTE

Capítulo 13 – Crédito Tributário, 377

Crédito Tributário	378
1. Crédito Tributário – conceito	379
2. Crédito Fiscal e crédito físico	381
3. Vínculo entre obrigação tributária e crédito tributário	383
4. Teorias sobre o crédito tributário	385
4.1. Ato constitutivo	385
4.2. Ato declaratório	385
4.3. Doutrina de leitura obrigatória	385
Lançamento I	386
1. Lançamento Tributário	386
1.1. Conceito	386
1.2. Natureza do lançamento	396
1.3. Efeitos do lançamento	397
1.4. Ato e procedimento administrativo do lançamento	400
1.5. Legislação aplicável	401
1.6. Doutrina de leitura obrigatória	402
Lançamento II	402
1. Modalidades de lançamento	402
1.1. Lançamento por declaração	403
1.2. Lançamento de ofício	404
1.3. Lançamento por homologação	406
1.4. Lançamento por arbitramento	410
2. Critérios jurídicos referentes ao lançamento	412
2.1. Inalterabilidade do lançamento	412

2.2. Modificação do lançamento	415
3. Vício formal	416
4. Doutrina de leitura obrigatória	419

JOSÉ MARCOS DOMINGUES

Capítulo 14 – Conceito de Tributo, 421

1. Introdução	422
2. Antecedentes	423
3. Análise da definição legal no direito positivo brasileiro	426
4. Tributos em espécie	431
5. Bibliografia	440

LUIZ EMYGDIO FRANCO DA ROSA JÚNIOR

Capítulo 15 – Impostos, 443

1. Conceito	444
2. Período clássico	444
3. Período moderno	446
4. Classificação dos impostos	447
4.1. Impostos ordinários e impostos extraordinários	447
4.2. Impostos diretos e indiretos	448
4.2.1. Critério da repercussão	448
4.2.2. Critério administrativo	449
4.2.3. Critério da natureza da situação gravada (Foville)	449
4.2.4. Critério da exteriorização da capacidade contributiva – (Griziotti)	450
4.3. Impostos pessoais (subjetivos) e impostos reais (objetivos)	450
4.4. Impostos fixos, proporcionais e progressivos	450
4.5. Impostos federais, estaduais e municipais	452
4.6. Categorias econômicas dos impostos	452
5. Bibliografia recomendada	453

LUÍS CESAR SOUZA DE QUEIROZ

Capítulo 16 – Imposto sobre a Renda. Perfil Constitucional, 455

I. Introdução	456
---------------------	-----

II. O conceito constitucional de renda	457
II.1. A necessidade lógico-jurídica de se considerar que a constituição brasileira prescreve um conceito de renda	457
II.2. Os enunciados da constituição relativos aos vocábulos renda e proventos – casos de ambigüidade por polissemia	467
II.3. A definição do conceito constitucional de renda como base tributável	470
III. Os princípios constitucionais da Progressividade e da Generalidade	483
IV. A relação entre a Constituição e as normas complementar e ordinária do imposto sobre a renda	487
V. Referências Bibliográficas	491

MARCOS ANDRÉ VINHAS CATÃO

Capítulo 17 – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), 493

I. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	494
1. Histórico do Imposto sobre a renda. Imposto de renda nos demais ordenamentos. Classificação	494
2. Matriz Constitucional, legal e infralegal do IR	498
3. Fato gerador do IR	500
4. Aspecto quantitativo. Base de cálculo e regime de apuração	502
5. Doutrina de leitura obrigatória	505
II. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza – Imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e Imposto de renda das pessoas físicas (IRPF)	506
1. Alíquotas do IR	506
2. Contribuintes	507
3. Lançamento	508
4. Periodicidade	508
5. Doutrina de leitura obrigatória	513

RICARDO LODI RIBEIRO

Capítulo 18 – Impostos sobre Produtos Industrializados – IPI, 515

1. Classificação	516
2. Matriz Constitucional	516
3. Matriz Legal	520
4. Matriz Infralegal	520
5. Fato Gerador	520
6. Base de Cálculo	523
7. Alíquota	524
8. Contribuintes	524
9. Lançamento	525
10. Transferência e Aproveitamento de Créditos. Créditos Incentivados. Crédito Presumido, Crédito Prêmio e Outros Créditos Incentivados. Créditos Decorrentes de Imunidade, Isenção e Alíquota Zero	526
11. Doutrina de Leitura Obrigatória	530

ADILSON RODRIGUES PIRES

Capítulo 19 – Tributação sobre o Comércio Exterior, 531

1. Introdução	532
1.1. Noções Gerais sobre Política de Comércio Exterior	532
1.2. Jurisdição dos Serviços Aduaneiros	533
1.3. Regimes Aduaneiros	533
1.3.1. Regimes Aduaneiros Gerais	534
1.4. Imposto de Importação	535
1.4.1. Fato Gerador	535
1.4.2. Sujeito Passivo	537
1.4.3. Cálculo do Imposto	538
1.4.4. Isenções e Reduções	544
1.4.5. Despacho Aduaneiro de Importação	546
1.4.6. Certificação de Origem	549
1.4.7. Outros Tributos Incidentes na Importação	550
1.5. Imposto de Exportação	552
1.5.1. Fato Gerador	552
1.5.2. Sujeito Passivo	553

1.5.3. Cálculo do Imposto	553
1.5.4. Despacho Aduaneiro de Exportação	554
1.6. Regimes Aduaneiros Especiais	556
1.6.1. Trânsito Aduaneiro	556
1.6.2. Admissão Temporária	557
1.6.3. <i>Drawback</i>	559
1.6.4. Entrepasto Aduaneiro	562
1.6.5. Exportação Temporária	563
1.6.6. REPETRO	564
1.7. Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais	565
1.7.1. Zona Franca de Manaus	565
1.7.2. Área de Livre Comércio	566
1.8. Infrações e Penalidades	566
2. Referências	567
2.1. Legislativas	567
2.2. Jurisprudenciais	567
2.3. Bibliográfica	567

